Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

# ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE):contribuições na perspectiva da educação inclusiva

*Francisca Alessandra de Oliveira Farias Dourado Bulcão* [1]
*Rita de Cassia Sousa dos Santos* [2]
*Itala Moura Ponte Cavalcante* [3]
*Rogério Alves Rosa* [4]
*Renata Bezerra da silva*[5]
*Jackson Wendell Sousa Ferreira* [6]

## RESUMO

O presente artigo aborda as contribuições do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a efetivação da educação inclusiva, considerando sua relevância na garantia do acesso, da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial. O estudo parte da compreensão de que a inclusão escolar pressupõe a superação de práticas segregadoras e a construção de condições pedagógicas que reconheçam as diferenças e as potencialidades dos estudantes. Nesse contexto, o atendimento especializado constitui apoio à escolarização, articulando com o ensino comum e contribuindo para a eliminar barreiras que possam dificultar a participação os alunos no processo educativo. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em legislações, documentos educacionais e produções científicas pertinentes à Educação Especial na perspectiva inclusiva. A análise evidencia que a efetividade do atendimento inclusivo, depende da articulação entre professores, gestão escolar, família e demais profissionais envolvidos no processo educacional, bem como da disponibilidade de recursos pedagógicos, acessibilidade e formação continuada dos docentes. Conclui-se que o serviço de apoio a inclusão desempenha papel fundamental na materialização de práticas educacionais inclusivas, desde que seja compreendido como parte integrante do processo de escolarização e desenvolvido de maneira colaborativa com a sala de aula comum.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Educação Especial. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas.

[1] E-mail: sandrafariasbulcao@gmail.com
[2] E-mail: ritadecassia.sousasantos94@gmail.com
[3] E-mail: italam.ponte@gmail.com
[4] E-mail: rr1000@uol.com.br
[5] E-mail: Renatabz@yahoo.com.br
[6] E-mail: jacksondablo@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um princípio fundamental para a construção de uma escola comprometida com a garantia do direito à educação para todos os estudantes. Nessa perspectiva, a escola precisa organizar seus espaços, práticas pedagógicas e estratégias de ensino de modo a reconhecer a diversidade presente no contexto educacional e assegurar condições para que todos possam participar e aprender.

No âmbito da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) assume importante função na promoção da inclusão escolar. Seu trabalho está relacionado à identificação e à redução de barreiras que possam interferir na participação e na aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial, oferecendo recursos, estratégias e serviços que complementem ou suplementem a formação desses educandos.

Assim, a implementação do AEE representa, uma possibilidade de fortalecimento das práticas inclusivas no ambiente escolar. Entretanto, sua efetividade não depende tão-somente da existência da sala de recursos multifuncionais ou da atuação isolada do professor especializado. É necessário estabelecer uma articulação permanente entre o atendimento especializado, o professor da sala comum, a gestão escolar, a família e os demais profissionais que participam do processo educativo.

Diante desse contexto, este estudo tem como questão norteadora: Quais os encadeamentos das contribuições do atendimento especializado para o implemento da educação inclusiva e para a garantia da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial?

O objetivo geral consiste em analisar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para a efetivação da educação inclusiva no contexto escolar**.** Como objetivos específicos, busca-se: compreender os fundamentos do AEE na perspectiva da educação inclusiva; discutir sua importância para o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes; identificar os principais desafios relacionados à sua implementação; e refletir sobre a importância da articulação entre o AEE, a sala de aula comum, a gestão escolar e a família.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente trabalho, trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e

bibliográfica, já que a apreciação realizou-se em várias fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi produzida a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados ao Atendimento Educacional Especializado e à educação inclusiva.

A pesquisa documental contemplou a análise de legislações e documentos oficiais que orientam a Educação Especial no Brasil, possibilitando compreender os fundamentos legais e educacionais que sustentam a oferta do AEE.

Assim, a análise do material selecionado foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar as principais contribuições do AEE para o processo de inclusão escolar, bem como os desafios relacionados à sua implementação no cotidiano das instituições de ensino.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento da educação como direito de todos e na necessidade de garantir não apenas o acesso à escola, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido, o art. 28 prevê a institucionalização do AEE no projeto pedagógico e a adoção de medidas que favoreçam acesso, permanência, participação e aprendizagem.

Essa concepção implica repensar práticas escolares historicamente marcadas pela homogeneização e pela segregação dos estudantes que apresentam características, necessidades e modos de aprendizagem diferenciados (Mantoan, 2003).

No contexto brasileiro, a perspectiva inclusiva está respaldada por importantes dispositivos legais e normativos, entre eles a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A inclusão educacional requer mudanças na organização da escola e nas práticas pedagógicas, de modo que as diferenças não sejam compreendidas como obstáculos, mas como elementos constitutivos da diversidade humana. Dessa forma, a escola inclusiva deve desenvolver estratégias capazes de atender às diferentes necessidades

educacionais presentes em seu cotidiano (Mantoan, 2003).

## ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CONCEITOS E FINALIDADES

O Atendimento Educacional Especializado constitui um serviço da Educação Especial destinado a apoiar o processo de escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Sua organização deve ocorrer de maneira articulada com a escolarização desenvolvida nas classes comuns, contribuindo para a identificação das necessidades educacionais específicas e para a disponibilização de recursos e estratégias de acessibilidade.

Sob esse entendimento, o AEE não deve ser compreendido como substituto da escolarização regular. Sua finalidade está relacionada à oferta de recursos e estratégias que favoreçam a autonomia, a participação e a aprendizagem dos estudantes, respeitando suas especificidades e potencialidades.

Nesse sentido, a colaboração entre o professor do AEE e o professor da sala comum constitui uma estratégia importante para evitar que o atendimento especializado aconteça de forma isolada, favorecendo o planejamento conjunto, a troca de conhecimentos e a articulação das práticas pedagógicas em benefício da escolarização dos estudantes público-alvo da Educação Especial (Araruna, 2018).

## CONTRIBUIÇÕES DO AEE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

A contribuição do AEE para a educação inclusiva manifesta-se em diferentes dimensões do cotidiano escolar. Entre elas, destacam-se a Entre as ações desenvolvidas no AEE, destacam-se a adaptação e a produção de recursos pedagógicos e de acessibilidade, o uso de tecnologias assistivas, o desenvolvimento da autonomia dos estudantes e o apoio à sua participação nas atividades realizadas no ensino comum (Brasil, 2025).

Além disso, o INEP, em orientação atualizada em 2026, delibera que o AEE deve identificar, elaborar, desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, com a finalidade de assegurar acesso, permanência, participação e aprendizagem, além de promover a autonomia e a independência dos educandos.

Nesse olhar, o trabalho desenvolvido no AEE pode favorecer a identificação das potencialidades dos estudantes e a construção de estratégias

pedagógicas mais adequadas às suas formas de aprendizagem. Para isso, é fundamental que o atendimento esteja articulado ao planejamento pedagógico da escola.

## A ARTICULAÇÃO ENTRE AEE, PROFESSOR, GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA

A efetivação da educação inclusiva exige uma ação coletiva. Nesse processo, a gestão escolar possui importante responsabilidade na organização das condições necessárias para o funcionamento do AEE, garantindo espaços, recursos, planejamento e condições de trabalho aos profissionais envolvidos.

O professor da sala comum exerce papel fundamental, uma vez que é responsável pela organização das práticas pedagógicas destinadas a todos os estudantes. Desse modo, a articulação com o professor do AEE permite identificar empecilhos, compartilhar estratégias e acompanhar os avanços e desafios apresentados pelos educandos.

Para atender esse contexto inclusivo destaca-se, a importância da formação continuada dos professores como condição para o fortalecimento das práticas inclusivas. A complexidade da diversidade escolar exige profissionais preparados para reconhecer diferentes formas de aprender, selecionar estratégias pedagógicas adequadas e utilizar recursos que favoreçam a autonomia e a participação dos estudantes. Assim, investir na formação docente significa também fortalecer a capacidade da escola de responder às demandas da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

A parceria da família, por sua vez, contribui para ampliar o conhecimento sobre as características, necessidades e potencialidades do estudante. O diálogo entre escola e família favorece a construção de ações mais coerentes e compartilhadas, fortalecendo o processo de inclusão.

## DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Embora o AEE represente um importante mecanismo de fortalecimento da educação inclusiva, sua implementação ainda enfrenta diferentes desafios. Dentre eles, destacam-se a insuficiência de recursos pedagógicos e de acessibilidade, a necessidade de formação continuada dos profissionais, as dificuldades de articulação entre os professores e a limitação de condições estruturais em algumas instituições escolares (Duek, 2014; Teixeira et al., 2020).

Outro desafio refere-se à compreensão do AEE como uma responsabilidade exclusiva do professor especializado. A perspectiva inclusiva exige que toda a comunidade escolar esteja envolvida na construção de práticas que garantam a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a formação continuada constitui elemento essencial para que os profissionais possam ampliar seus conhecimentos sobre inclusão, acessibilidade, tecnologias assistivas e estratégias pedagógicas diversificadas.

Nesse sentido, A análise desenvolvida ao longo deste estudo permitiu compreender que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui um importante recurso para a efetivação da educação inclusiva, sobretudo por contribuir para a garantia do acesso, da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes público da Educação Especial (Brasil, 2025). Nessa perspectiva, a inclusão escolar não se restringe à inserção física do estudante no espaço da escola regular, mas pressupõe a construção de condições pedagógicas, institucionais e relacionais capazes de reconhecer as diferenças, valorizar as potencialidades e assegurar o direito de todos à educação (MANTOAN, 2003).

Nessa perspectiva, o AEE, por si só, não garante a inclusão. Sua efetividade está relacionada à construção de uma cultura escolar baseada na participação, na colaboração e no reconhecimento das diferenças. Nesse processo, a articulação entre o professor especializado, o professor da sala comum, a gestão escolar e a família assumem papel fundamental.

Soma-se a isso, a evidência a necessidade de investimentos na formação continuada dos profissionais da educação, na acessibilidade, na disponibilização de recursos pedagógicos e de tecnologias assistivas e na organização de condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Assim, o AEE deve ser compreendido como parte de uma política educacional mais ampla, comprometida com a garantia do direito à educação e com a construção de uma escola que não apenas receba os estudantes, mas que promova efetivamente sua participação, aprendizagem, autonomia e desenvolvimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da análise bibliográfica e documental evidenciaram que o AEE exerce uma função complementar e/ou suplementar ao ensino

comum, contribuindo para a identificação e a superação de barreiras que podem comprometer a participação e a aprendizagem dos estudantes.

Entretanto, sua efetividade não depende exclusivamente da atuação do professor responsável pelo atendimento, mas de uma ação articulada entre o AEE, a sala de aula comum, a gestão escolar, a família e os demais profissionais que integram o processo educativo. Essa articulação mostra-se fundamental para que as estratégias e os recursos desenvolvidos no atendimento especializado estejam vinculados às necessidades educacionais concretas dos estudantes e ao seu processo de escolarização.

Nesse sentido, compreende-se que a consolidação de uma escola inclusiva requer mais do que a existência formal do serviço de AEE. É necessário assegurar condições materiais, pedagógicas e institucionais que possibilitem seu desenvolvimento de forma planejada e colaborativa. A disponibilidade de recursos de acessibilidade, materiais pedagógicos adequados, tecnologias assistivas e espaços apropriados, associada à formação continuada dos profissionais da educação, constitui elemento relevante para a construção de práticas capazes de responder à diversidade presente no cotidiano escolar.

Outro aspecto evidenciado refere-se à necessidade de superar concepções que compreendam a Educação Especial de maneira isolada ou segregada. O AEE deve ser concebido como parte integrante da organização da escola inclusiva, estabelecendo diálogo permanente com o currículo, com as práticas pedagógicas e com os diferentes sujeitos envolvidos na escolarização. Sob essa perspectiva, o atendimento especializado deixa de ser compreendido como um espaço paralelo ao ensino regular e passa a assumir uma função articuladora na eliminação de barreiras e na ampliação das possibilidades de aprendizagem e participação dos estudantes.

Dessa forma, o AEE desempenha papel fundamental na materialização dos princípios da educação inclusiva, desde que sua organização esteja fundamentada na colaboração, na acessibilidade, na formação profissional e na articulação entre os diferentes atores do processo educativo. A efetivação da inclusão, portanto, constitui responsabilidade coletiva e exige o compromisso da escola em transformar suas práticas, seus espaços e suas relações para garantir que todos os estudantes tenham assegurados não apenas o direito de estar na escola, mas o direito de aprender, participar e desenvolver suas potencialidades.

Portanto, considera-se que o fortalecimento do AEE e das políticas de educação inclusiva demanda ações permanentes de acompanhamento, formação e avaliação das práticas desenvolvidas no contexto escolar. Nesse sentido, estudos posteriores poderão aprofundar a compreensão acerca das experiências concretas de implementação do AEE em diferentes redes e contextos educacionais, contribuindo para identificar avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento das práticas inclusivas e para o fortalecimento de uma escola efetivamente comprometida com a educação para todos.

## REFERÊNCIAS

**ARARUNA, Maria Rejane.** *Articulação entre o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o professor do ensino comum: um estudo das perspectivas do trabalho colaborativo em duas escolas municipais de Fortaleza*. 2018. 198 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: *<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39664>. Acesso em: 5 set. 2026.*

**BRASIL.** Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm>. Acesso em: 5 set. 2026.

B**RASIL.** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495. Acesso em: 5 set. 2026.

**BRASIL.** Lei nº 9.394/1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**TEIXEIRA, Amanda Machado et al.** A realidade da educação inclusiva em um município da Fronteira Oeste do RS: identificando estratégias, ações e conteúdo para a formação de professores. *Revista Educação Especial*, 2020. DOI: 10.5902/1984686X43073. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespeci

al/issue/view/2420>. Acesso em: 5 set. 2026.

**BRASIL.** Base Nacional Comum Curricular — BNCC, 2017.

**MANTOAN, Maria Teresa Eglér.** Obras sobre educação inclusiva e escolarização de estudantes com deficiência.